

Três pontos para observar o OE 2024



PCR **José Reis**

Professor da Faculdade de Economia de Coimbra

Há um ano, tal como agora, o OE foi antecedido por um acordo de rendimentos que fixou objetivos em matéria salarial. Na altura, pareceu-me que, perante a escassez de mão de obra, a emigração e o dinamismo de certas atividades económicas, o papel desse acordo podia vir a ser mais o condicionar a evolução salarial do que de a fazer avançar. E aparentemente terá sido isso que se passou, pois, como o INE mostrou recentemente, as remunerações no final do primeiro trimestre deste ano apresentaram um aumento de 7,4%, e mesmo assim com uma degradação real de 0,6%. Irá ser assim também agora, depois do acordo de há dias e das metas do OE 2024? Dito de outro modo, como enfrenta este orçamento a nossa condição de país de baixos salários?

É verdade que o OE trata do problema dos rendimentos reais através do IRS (taxas, escalões, isenções). Mas também lá se encontram medidas fiscais “esconsas” para, através de benefícios às empresas, as manter ligadas ao “vício” dos baixos salários, sendo o próprio Estado a pagar os pequenos acréscimos que aquelas são estimuladas a fazer. Como encara este OE o problema maior do nosso perfil de especialização, que consiste em concentrar emprego em setores de escassa criação de valor? Não deveria ser outra a política de apoio às empresas, no sentido de melhor investimento e melhor organização? Sabemos, entretanto, que o OE é ambicioso em matéria de contenção da despesa para que não haja défice e a dívida pública diminua. A capacidade de “esticar” o crescimento tende a esgotar-se, por causa de circunstâncias internacionais e porque não é possível continuar a apostar infinitamente na mesma fórmula. Não seria mais certo outro equilíbrio entre investimento público, défice e dívida (lembro que a dívida externa do país tem diminuído significativamente)? O OE não podia deixar de entrar por caminhos que é preciso percorrer. Fará o caminho todo ou ficará só a meio?